



### **Rompendo os muros escolares: ética, cidadania e comunidade<sup>1</sup>**

*Ulisses F. Araújo<sup>2</sup>*

A construção de um ambiente ético que ultrapasse os tempos, os espaços e as relações escolares vem se impondo como uma ferramenta importante para que a educação seja ressignificada na contemporaneidade.

Ganha força, hoje em dia, o pressuposto de que a educação não pode mais ficar limitada aos muros escolares, mas deve se estender ao bairro e à comunidade aos quais atende, incluindo as relações com as famílias dos estudantes e as demais pessoas que convivem no entorno.

Sem abrir mão de suas especificidades como instituição responsável pela educação, entende-se que a escola deve estar em contato direto com seu entorno e com aqueles que ali vivem, de forma que a comunidade participe, dentro de suas condições e responsabilidades, dos processos educativos. Isso ajudará na construção desse ambiente ético de que estamos falando.

O cerne desta proposta é tornar os recursos da cidade, do bairro e, prioritariamente, do entorno da escola espaços de aprendizagem e de promoção e garantia de direitos, deveres e da cidadania.

Um documento importante para essa concepção é a "Carta das Cidades Educadoras", chamada de "Carta de Barcelona" (Gadotti, 2004<sup>3</sup>), de 1990. Nesse documento, afirma-se que a cidade educadora é um sistema complexo, em

---

<sup>1</sup> Este texto é um excerto retirado do livro *Educação e Valores: Pontos e Contrapontos*, de autoria de Ulisses F. Araújo, Josep Maria Puig e Valéria Amorim Arantes, publicado pela editora Summus em 2007.

<sup>2</sup> Professor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.

<sup>3</sup> Gadotti, M.; Padilha, P.R.; Cabezedo, A. (orgs). *Cidade Educadora: princípios e experiências*. São Paulo: Cortez, 2004.

constante evolução, que sempre dará prioridade absoluta ao investimento cultural e à formação permanente de sua população. Ela será educadora quando reconhecer, exercitar e desenvolver, além de suas funções tradicionais, uma função educadora, quando assumir a intenção e a responsabilidade de formação, promoção e desenvolvimento de todos os seus habitantes, começando pelas crianças e pelos jovens.

Dentre os princípios constituintes dessa carta destacamos quatro que consideramos centrais para esta proposta e aos quais a cidade educadora deve favorecer: 1) a liberdade e a diversidade cultural; 2) a organização do espaço físico urbano, colocando em evidência o reconhecimento das necessidades de jogos e lazer; 3) a garantia da qualidade de vida em um meio ambiente saudável e de uma paisagem urbana em equilíbrio com seu meio natural; 4) a consciência dos mecanismos de exclusão e marginalidade que os afetam.

Tomando por referência tais discussões, acreditamos que estudar formas de ampliação dos espaços educativos, rompendo os limites físicos dos muros escolares, pode ser um bom caminho para uma educação em valores éticos e democráticos que visam à cidadania. Reforçar a importância da articulação entre sujeito/cultura/sociedade na construção da cidadania, e de relações mais justas e solidárias, no seio da comunidade em que se vive, pode indicar possibilidades para o desenvolvimento de ações educativas que levem a uma reorganização na forma como a escola está estruturada, tanto do ponto de vista físico, quanto pedagógico.

Embora trabalhem com a ampliação dos espaços educativos, incorporando os recursos da cidade e prioritariamente do entorno da escola no desenvolvimento de projetos que contemplem a comunidade como espaço de aprendizagem, o centro das ações continua sendo a escola. A instituição escolar, com seu papel social de instrução e formação das novas gerações, é que possui os educadores capacitados ao exercício profissional da educação.

Portanto, a matriz para o desenvolvimento das ações conseqüentes desta proposta está na constituição do que chamamos de "*Fórum Escolar de Ética e*

*Cidadania*” nas escolas. O *fórum* proposto tem como papel essencial articular os diversos segmentos da comunidade, escolar e não-escolar, que se disponham a atuar no desenvolvimento de ações que mobilizem os participantes a desenvolver projetos sobre conteúdos de ética e de cidadania na escola e no bairro.

O fórum, no que diz respeito à sua estrutura e composição, deve ser o mais aberto possível, sendo desejável que dele participem professores, estudantes, funcionários, diretores, famílias e membros da comunidade. De maneira geral, o fórum será responsável por organizar e desenvolver atividades e projetos relacionados a quatro grandes eixos temáticos de preocupação cidadã: ética, convivência democrática, direitos humanos e inclusão social.

De forma específica, a atuação do fórum se dará junto à direção da escola e aos membros da comunidade para garantir os espaços e tempos necessários ao desenvolvimento dos projetos. Podemos citar como exemplos de atuação com a comunidade a busca de recursos para a aquisição de materiais necessários ao desenvolvimento dos projetos; a interação com especialistas em educação/pesquisa que contribuam para o melhor desenvolvimento das ações planejadas; a articulação de parcerias com outros órgãos e instituições governamentais e não-governamentais (ONGs) dispostos a apoiar as ações do projeto e a criar propostas que possibilitem seu enriquecimento.

Caberá ao fórum representar a comunidade, dentro da escola, por meio de ações objetivas e planejadas que permitam a articulação entre o currículo escolar e as temáticas relevantes para a comunidade na qual a escola se insere.

Assim, a presente proposta prevê ações inter-relacionadas que tenham dupla direção, para “dentro” e para “fora” da escola. As ações para “dentro” da escola são aquelas que objetivam a implementação da pedagogia de projetos, aliada aos princípios de transversalidade e interdisciplinaridade. Os conteúdos, relacionados aos projetos desenvolvidos na comunidade, serão incorporados às disciplinas específicas da escola. As ações para “fora” da escola são aquelas que promovem a articulação entre a escola e os espaços de aprendizagem de seu entorno. Desse modo, partindo dos projetos interdisciplinares e transversais,

elaborados em sala de aula, mas desenvolvidos fora dos muros escolares (nas praças, ruas, equipamentos públicos, córregos etc.), a escola se aproximará da comunidade, utilizando seus equipamentos e espaços como fontes de aprendizagem. Além disso, ao incorporar, em tais ações, as pessoas que convivem nesse entorno, como familiares, profissionais que trabalham nos equipamentos públicos, comerciantes e trabalhadores locais, é possível dar um grande passo na direção da construção do ambiente ético que estamos propondo.

Temáticas de ética, convivência democrática, direitos humanos e inclusão social, levadas para dentro da sala de aula e articuladas com os conteúdos tradicionalmente contemplados pelos currículos e desenvolvidas com a comunidade, pressupõe uma nova maneira de pensar o papel da escola. Esta mudança de paradigma implica na revisão dos papéis dos diferentes atores envolvidos na educação e uma abertura da escola para acolher a diversidade da população que a compõe. Assim concebida, a escola não se encerrará em si mesma, mas se tornará parte integrante da vida de seus alunos e da comunidade onde está inserida.

Esse é o sentido que podemos dar a uma educação em valores que incorpora em seus objetivos a escola, mas também a comunidade e o bairro onde ela se insere. A ampliação de espaços, tempos e relações no trabalho sistematizados com valores de ética, cidadania e direitos humanos deve contribuir para que estudantes, familiares, profissionais e demais pessoas que vivem no entorno escolar se sensibilizem para a importância que tais temáticas têm para a sociedade.

Ancorada na perspectiva de teorias de complexidade e adotando o conceito de unidade complexa, a proposta apresentada para enfrentar a questão é criar um ambiente ético de convívio, na escola e fora dela, pautado em valores de ética, democracia, cidadania e direitos humanos.

A criação desse ambiente pode se dar através de três tipos de ação independentes mas complementares: a) a inserção transversal e interdisciplinar de conteúdos de natureza ética no currículo das escolas; b) a introdução de

sistemáticas que visem à melhoria e à democratização das relações interpessoais no dia-a-dia das escolas; c) a articulação dessas ações com a família e com a comunidade onde vive a criança, de forma que não fiquem limitadas a espaços, tempos e relações escolares.

Enfim, a busca de modelos educativos dialógicos, pautados em valores como democracia, justiça, solidariedade e outros mais (como aqueles presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos), pressupõe introduzir, no dia-a-dia das escolas e das ações articuladas com a comunidade, a preocupação cotidiana com valores socialmente desejáveis. O trabalho, no entanto, precisa ser sistematizado e intencional, de forma a ser naturalizado entre todos os membros da comunidade escolar. Isso fará com que a educação em valores deixe de ser algo pontual e esporádico, que só ocorre em aulas ou momentos específicos, e passe a ser um movimento de tal forma imbricado na rotina das escolas que será reconhecido como natural.